



Prezados Colegas do Grupo de Negociação
da Regulamentação de TV a Cabo:

Creio que nos encontramos num momento muito difícil do processo de negociação. Mesmo depois de três semanas de intenso trabalho, as partes ainda não demonstram o reconhecimento do "estatuto de parte" das demais e, tampouco, mostram reconhecer o respectivo "interesse de parte" dos envolvidos. Estas são condições essenciais para se avaliar se há um acordo possível ou se a negociação é um exercício diletante ou, pior ainda, uma mera dissimulação. Justiça seja feita, entre as três partes envolvidas nesta negociação, a representação do Fórum é exceção, a única que tem demonstrado efetivo esforço para "se colocar na posição das outras", procurando não apenas restringir-se ao que estas colocam na mesa mas, também, procurando interpretar suas aspirações e recolher nestas os elementos que podem nos fazer chegar a um acordo. Francamente, não observamos esta mesma atitude na postura da Telebrás e nem da ABTA.

A Telebrás deve ser mais conclusiva e chegar a uma posição final sobre a possibilidade de se chegar a um acordo. As divergências estão suficientemente claras. O terreno das opções existentes está perceptível e não parece mais haver muita margem de manobra ou a possibilidade de uma solução miraculosa. Neste quadro, o que as partes podiam ou se dispõem a conceder está definido. Cabe agora uma decisão da Telebrás se aceita ou não fechar um acordo nestes termos, com todos o benefício e o ônus político da decisão.

Quanto às posições da ABTA, não deixou de ser surpreendente a redação do novo texto base, que ficou sob a responsabilidade do André. O texto foi quase que inteiramente corroido nos requisitos de "público" que desejamos atribuir ao serviço. Não estamos nos referindo à adulteração de um ou outro item, mas sim à uma intencionalidade que perpassa toda a redação. Ou seja, a ABTA, de forma evidente, não compreendeu a natureza "pública" que queremos atribuir ao serviço de TV a Cabo e, na primeira oportunidade, torpedeia os principais elementos que, segundo entendemos, realizam esta natureza pública do serviço.

A propósito, é preciso reconhecer que quando uma parte aceita uma posição de outra, num processo de acordo, esta deve passar a "assumir" a posição da outra, passando a "esposá-la" na totalidade dos elementos que integraram a base de acordo. Uma "aceitação passiva" é insuficiente para fundar um acordo. Serve, apenas, para manobras e dissimulações. Mais uma vez, justiça seja feita, a representação do Fórum é a única que tem feito esforço para assumir e representar as posições das demais. A quantidade de "cascas de banana" e, inclusive, a inserção de elementos que representam meramente posições particulares, na versão do texto base feita pela ABTA, mostra que um acordo em bases políticas e morais ainda está distante.

Finalmente, confesso que fiquei chocado com a inserção de duas opções no texto base, uma da ABTA e outra do Fórum, no que diz respeito à solução para a situação dos atuais DISTV e do Conselho de Comunicação Social. Acho que, com isso, houve uma ruptura elementar da condição de confiança. Um grupo que **ainda está buscando acordo**, não poderia atribuir, neste momento, ao deputado Koyu, a responsabilidade de arbitrar sobre esta divergência, principalmente sobre uma **questão que é estratégica** para as partes. E observem que não se trata de usurpar do deputado - que generosamente acolheu e patrocinou o processo de negociação - uma prerrogativa que é exclusiva dele. O que ocorreu é que, assim agindo, o grupo mostrou estar renunciando ao próprio sentido da negociação, colocando suas divergências sob o arbítrio de terceiros. Diante do consenso ou do dissenso obtido, o deputado Koyu tomará, soberanamente, a decisão que considerar mais adequada. Mas enquanto o grupo **não der por encerrado** seu trabalho (e o deputado Koyu pode até exigir isso), fazer o que foi feito, significa fazer falir o processo de negociação. Além disso, este tipo de postura, sugere a antecipação de uma prática que, nós do Fórum, já sofremos na carne: a dos que fecham um acordo em público e, nos bastidores, sorrateiramente, continuam a defender seus interesses particulares, isto é, de "parte".

Nós, do Fórum, continuamos tendo a convicção da necessidade e da importância de um acordo. Mas, na situação atual, não há evitar um certo pessimismo. Acho que tanto o Estado como o setor privado, pelo menos na área da comunicação, ainda não estão maduros para estabelecer relações diferentes da que se dá "nos escaninhos da burocracia" e nos "fundos de gabinetes". Ainda não estão suficientemente aptos para uma relação "pública" entre si e com a sociedade, de modo a conferir legitimidade e representatividade para as práticas e posições assumidas. Por isso é até compreensível - o que não quer dizer aceitável - que as posições predominantes entre os setores organizados da sociedade, especialmente no âmbito da esquerda, sejam meramente "oposicionistas" e se relacionem com o Estado e o setor privado de forma contrapositiva. É que ainda não parece ser preocupação primordial, nem do Estado e nem do setor privado, a superação das dimensões **patrimonialista, corporativa e cartorial** que perpassa todos os negócios públicos e privados no Brasil. Embora as lideranças do setor privado, ultimamente, dediquem-se, com afinco, a produzir impropérios contra o papel do Estado, é neste que se alimentam de vantagens. E é assim que Estado e setor privado sempre acabam se acertando. E é assim que se alimenta uma lógica perversa e se impede a construção de uma esfera pública democrática e plural no Brasil. Se não conseguirmos acordo, com certeza, as coisas se acertarão, de uma forma ou de outra, nos gabinetes do Ministério das Comunicações, embora o Rômulo Villar Furtado já não seja mais seu eterno Secretário Geral. No final, o Estado e o setor privado se contentam com o formalismo de relações administrativas que encobrem o que realmente interessa, nas decisões e, de fato, impedem qualquer possibilidade de democracia, legitimidade e representação da pluralidade.

Propomos, portanto, uma derradeira tentativa: que na próxima terça-feira, dia 12/4, numa reunião com hora para começar e hora para terminar, das 10h às 18h, façamos uma **formulação final** do texto, **com todo o grupo presente**, revisando todas as pendências de conteúdo; que esta formulação seja lançada no papel e que, na manhã de quarta, seja **apreciada em forma final**; e que, em seguida, seja reconhecido o consenso ou o dissenso obtido e, assim, **seja encerrado** o processo de negociação, para que as partes, conjunta ou separadamente, possam se mover sem ficar amarradas a um processo que não pode ser eternizado.

Obviamente, isto não quer dizer que o grupo, caso prevaleça o dissenso, ainda não possa fazer algum esforço conjunto. Mas é preciso reconhecer que se este processo de negociação **não chegar a um termo agora**, na próxima semana, **não conseguiremos dar consequência para qualquer posição ainda este ano**. A menos que para alguma das partes interesse o caos que hoje predomina. Para o Fórum não interessa. Mas se for necessário continuar atuando no caos, não nos furtaremos a isso, embora tenhamos a convicção de que esta é a pior alternativa para o país.

Abraços,



Daniel Herz

P. Alegre, 8 de abril de 1994.